



Eduardo Azeredo (segundo à direita) preside sabatina de diplomatas na CRE

Brasil e Israel podem fazer acordo espacial

Acordo de cooperação espacial está pronto para ser assinado entre Brasil e Israel, conforme anunciou o diplomata Pedro Motta Pinto Coelho, cuja indicação para a embaixada naquele país foi aprovada pela Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional. Os senadores acolheram as indicações de Haroldo Valladão Filho para a embaixada na Croácia e de Marília Sardenberg Gonçalves para a embaixada na Tunísia. **Página 2**

TSE revê decisão e flexibiliza coligações

Partidos sem candidato a presidente da República poderão, nos estados, celebrar alianças com partidos que disputam o pleito nacional. **Página 3**

Audiência revela: sobram vagas para deficientes físicos

Para evitar distorção, especialistas sugerem, em audiência no Senado, investimentos na capacitação de pessoas com deficiência física. **Página 8**

Uma rede de televisão do Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal dá hoje seu primeiro passo. A TV Senado lança às 21h30 o *Parlamento Brasil*, programa produzido em parceria com emissoras congêneres de vários estados. A novidade foi anunciada no 3º Encontro da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas, no auditório do Interlegis (foto).



Relatório denuncia 79 pessoas e 4 empresas

Garibaldi pede o indiciamento de Palocci, Okamoto, Waldomiro e Buratti, e sugere que Celso Daniel foi morto por se opor a “caixa três”



Ao lado de Efraim Morais (E), presidente da CPI, Garibaldi apresenta relatório final: ele considera que cumpriu missão



Senadores integrantes da comissão acompanham a leitura do relatório, cuja votação está prevista para o próximo dia 20

Ex-ministro Antonio Palocci, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, o advogado Rogério Buratti, o empresário Sérgio Gomes da Silva (o Sombra) e o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira constam da lista de 79 pessoas cujo indiciamento foi pedido ontem pelo relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves. O relatório recebeu elogios, mas também críticas de sena-



“Relatório atingiu a honra de inocentes”, segundo afirma Tião Viana

dores do governo e da oposição. Tião Viana anunciou que apresentará voto em separado, afirmando que a CPI ultrapassou o fato determinado em suas investigações. Alvaro Dias quer incluir o ex-ministro José Dirceu e o chefe de gabinete pessoal do presidente da República, Gilberto Carvalho, entre

os indiciados. Magno Malta também fará voto em separado pedindo o fechamento das casas de jogos. **Páginas 4 a 6**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova mensagens presidenciais para embaixadores do Brasil em Israel, na Croácia e na Tunísia



Indicações de Valladão Filho, Marília Sardenberg e Pinto Coelho (D) foram aprovadas em reunião presidida por Azeredo (2º à dir.)

Brasil e Israel poderão ter acordo de cooperação na área espacial

Um acordo de cooperação na área espacial está pronto para ser firmado entre Brasil e Israel, segundo adiantou o embaixador designado para aquele país, Pedro Motta Pinto Coelho, cuja indicação foi aprovada ontem, por unanimidade, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– A pauta do relacionamento com Israel cresceu e mostra o potencial da relação com esse país – disse Pinto Coelho, cujo nome obteve voto favorável do relator *ad hoc* Heráclito Fortes (PFL-PI), em sua exposição aos integrantes da comissão.

Duas outras mensagens presidenciais receberam parecer favorável da CRE. A primeira delas designa Haroldo Teixeira Valladão Filho como primeiro embaixador residente do Brasil na

Croácia. A segunda aponta Marília Sardenberg Zelter Gonçalves para embaixadora do Brasil junto à Tunísia.

A Croácia, conforme Valladão, é “forte candidata” a ingressar na União Européia e apóia a reivindicação brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sua indicação contou com o voto favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Por sua vez, Marília Sardenberg considerou a Tunísia uma “economia emergente”, com previsão de crescimento para este ano de 5,8%, e lembrou que o país está empenhado, como o Brasil, em iniciativas internacionais de combate à fome e à pobreza. Sua indicação teve o voto favorável do relator *ad hoc*, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Tuma foi também relator do Projeto de Lei da Câmara 138/05, que recebeu parecer favorável da comissão. A proposta fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e se destina, segundo exposição de motivos do Ministério da Defesa, a adaptar a Aeronáutica a mudanças como a própria criação do ministério e a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Ao presidir a reunião, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou que encaminharia ao Ministério das Relações Exteriores pedido feito por Isabel Vasconcelos, irmã de João José de Vasconcellos Júnior, para que a Interpol do Líbano ajude a apurar o destino do engenheiro seqüestrado no Iraque em 19 de janeiro de 2005. A solicitação foi apresentada por Suplicy.

Zambiasi comemora avanço no Parlamento do Mercosul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou, em Plenário, a aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. O texto foi acolhido por unanimidade pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul na última terça-feira.

O protocolo define que o Parlamento do Mercosul substituirá a comissão parlamentar conjunta como órgão integrante da estrutura institucional do bloco. Uma das principais finalidades do Parlamento será representar os povos do Mercosul. Além disso, terá a competência de propor a adoção de normas para o bloco, podendo enviar anteprojotos de normas nacionais, orientados à



Zambiasi ressalta benefícios para os países integrantes do Mercosul

harmonização das legislações nacionais, aos parlamentos dos Estados partes.

Zambiasi destacou a importância do Mercosul, citando benefícios para as economias dos países integrantes nos 15 anos de existência do bloco.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão plenária destinada a pronunciamentos

O Plenário se reúne hoje, às 9h, para sessão não-deliberativa, ou seja, destinada somente a discursos de senadores, sem votações. Na próxima semana, devido ao jogo do Brasil na Copa do Mundo, a sessão de terça-feira será realizada na parte da manhã, às 10h, extraordinariamente.

Audiência pública irá debater direitos do idoso

Para marcar o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove, na segunda-feira, às 10h, audiência pública sobre o tema. Entre os convidados está o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), Perly Cipriano.

Parlamento Brasil

A TV Senado estreia, às 21h30 de hoje, o *Parlamento Brasil*, que vai mostrar as discussões, idéias e projetos em análise no Congresso e nas várias assembleias do país. A revista eletrônica também vai ao ar em outras emissoras legislativas.

Imagens da Inclusão

Continua em cartaz a mostra *Imagens da Inclusão*, com fotografias de exemplos de superação e de acessibilidade. A exposição fica em cartaz até o dia 17 de junho, com visitação entre 9h30 e 17h, no Salão Branco (Chapelaria).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Marcos Guerra, Mão Santa, Sérgio Zambiasi, Alberto Silva e Pedro Simon

Armando Félix pede inclusão de projeto da Lei Antidrogas na pauta

O ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional Antidrogas (Conad), general Jorge Armando Félix, solicitou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a inclusão do projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) na pauta de votações.

A proposição (PLS 115/02) – que prescreve medidas para a prevenção do uso indevido de entorpecentes e para a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, além de estabelecer normas para repressão à produção não autorizada dessas substâncias e ao seu tráfico – foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia

31 de maio, com requerimento de urgência. Renan respondeu ao ministro que não há obstáculos para a inclusão do projeto na pauta.

Armando Félix disse esperar a aprovação o mais rapidamente possível, pois a norma em vigor (Lei 6.368) é de 1976. Ele ressaltou o fato de que a proposta de nova lei é uma iniciativa do próprio Legislativo, tendo passado por longo debate com a sociedade. O ministro citou entre os pontos positivos da proposição a separação entre as figuras do traficante (para quem são previstas penas mais rígidas) e do usuário (que terá mais apoio à sua saúde); a inclusão da figura do financiador do tráfico de drogas na legislação e a regulamentação do Fundo Nacional sobre Drogas.



Renan (D) recebe o realizador de evento promovido desde 1955 no interior de São Paulo

Renan é convidado para a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos

Renan Calheiros recebeu ontem convite para prestigiar a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos (SP), entregue por Marcos José Abud Wohnrath, presidente do clube Os Independentes, realizador do evento. A 51ª edição da festa ocorrerá de 17 a 27 de agosto. A festa é considerada por seus organizadores o primeiro evento realizado no interior a obter abrangência internacional. Para este ano está prevista a presença de 800 mil pessoas.

Radiodifusores

Renan recebeu ainda na tarde de ontem o presidente da Rede

TV!, Amilcare Dallevo, recém-empossado na presidência da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra). A Abra representa também a Bandeirantes, o SBT, e mais de 150 emissoras de radiodifusão no país.

Amilcare disse que todas as emissoras estão ansiosas pela definição do padrão digital brasileiro e defendem uma solução que contemple ao mesmo tempo a mobilidade e a alta definição.

– O Brasil tem uma televisão reconhecida internacionalmente. Não pode ficar fora do sistema digital – afirmou.

Novo entendimento sobre verticalização: partidos sem candidatos à Presidência poderão celebrar alianças nos estados com legendas que disputam o pleito nacional

TSE recua e flexibiliza as coligações nos estados

“A uma só voz”, como afirmou o presidente Marco Aurélio Mello, o Tribunal Superior Eleitoral, por 7 votos a zero, recuou e resolveu flexibilizar o processo de coligações nas eleições de outubro, permitindo que partidos sem candidatos à Presidência da República possam, nos estados, celebrar alianças com partidos que disputam o pleito nacional.

Portanto, o parecer do ministro Cesar Asfor Rocha, derrotado na terça-feira por 6 votos a 1, voltou a prevalecer. O primeiro a “flexibilizar” a sua opinião foi o próprio ministro Marco Aurélio, para quem a decisão de terça-feira do TSE era “passível de falha”. Para o ministro Carlos Ayres Brito, a decisão implicaria prejuízos “no plano da segurança

política”.

A decisão do TSE, do ponto de vista formal, foi possível em virtude da apreciação de um pedido de reconsideração formulado pelo Partido Liberal (PL). Aliás, foi a Consulta 1.225, do PL, que levou o tribunal a endurecer as regras da flexibilização no início da semana.

Em seu pedido, o PL citou o artigo 6º da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições), segundo o qual “é facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o

pleito majoritário”.

Se a posição anterior do tribunal prevalecesse, muitas alianças políticas nos estados, costuradas meses a fio, teriam de ser suspensas à última hora e repensadas. Seria o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, onde o PFL e o PSDB, coligados nacionalmente, estão apostando em candidatos diferentes a governador.

Com a nova decisão do TSE, em princípio valem para o pleito de outubro as regras que disciplinavam a verticalização nas eleições de 2002, como havia sugerido o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) em Plenário antes do anúncio da nova posição.

Outras consultas de partidos políticos estão sendo analisadas pelo tribunal.

Mão Santa compara PMDB à Seleção Brasileira de futebol

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que o PMDB está agindo de forma semelhante aos portugueses, à época das capitâneas hereditárias no Brasil, quando optaram por distribuir “um pouquinho para cada um”.

Segundo Mão Santa, ao desistir da candidatura própria e se “vender por carginhos”, o PMDB estaria aviltando o passado respeitado do partido que, com figuras do porte de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Tancredo Neves, lutou pela redemocratização do país contra a ditadura militar.

– Tirar o PMDB das eleições é o mesmo que tirar o Brasil da Copa do Mundo – comparou, dizendo-se “desiludido e envergonhado” com o partido.

Mão Santa rebateu a tese defendida pela ala governista de que não há nomes fortes no partido para concorrer à Presidência, e voltou a defender a candidatura do senador Pedro Simon (RS).



Mão Santa: “Partido está se vendendo por carginhos”

Simon: “Heloísa pode ter mais de 15% dos votos”

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que se a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), candidata a presidente da República, ficar “mais branda” em suas posições políticas, pode conseguir mais de 15% dos votos “do povo que está com raiva de tudo que está aí”.

Ao comentar a decisão do TSE, que reviu sua posição sobre a verticalização, Simon comentou: “A pressão foi muito grande. Que força têm José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)!”

Simon ainda citou uma pesquisa em que mais de 80% dos entrevistados dizem que há corrupção no governo, mas isentam o presidente Lula de responsabilidade. “Também, nunca vi tanta propaganda do governo no rádio e na TV como agora. Propaganda competente. Não sei se o Duda Mendonça não está por trás disso.”



Simon diz que TSE sofreu pressão muito grande

Tebet aprova submissão de bancos ao Código de Defesa do Consumidor

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de confirmar que os bancos devem se submeter ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) foi elogiada por Ramez Tebet (PMDB-MS). A medida foi uma resposta a ação da Confederação Nacional das

Instituições Financeiras (Consif), que pedia a inconstitucionalidade do parágrafo do CDC que inclui entre os serviços abrangidos pelas relações de consumo as atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

– Os brasileiros passam, assim,

a ter direitos que os protegem de abusos e os serviços bancários ganham mais transparência. Com o código, os bancos têm que informar com antecedência os reajustes de tarifas e também as eventuais mudanças dos itens que compõem a cesta de serviços

– ressaltou.

Como exemplo de abuso, Tebet citou as multas cobradas em contratos de empréstimo que alcançam percentuais de até 10% ou 15%, enquanto o CDC limita as multas por atraso de pagamento a no máximo 2%.



Para Tebet, decisão do TSE protege os brasileiros contra abusos dos bancos



Garibaldi Alves pede o indiciamento de 79 pessoas e quatro empresas e sugere que ex-assessores eliminaram Celso Daniel

Relatório final denuncia Palocci, Okamoto, Waldomiro e Buratti

No resumo do relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos divulgado ontem, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pede 49 indiciamentos, sendo uma empresa e 48 pessoas, entre elas o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto. Também constam da lista os nomes do ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz e do advogado Rogério Tadeu Buratti, ex-secretário de Governo de Palocci durante sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Foi pedido ainda o indiciamento do empresário de jogos Carlos Augusto de Oliveira Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira.

Os nomes de Buratti, Waldomiro e Cachoeira já constavam do relatório parcial, aprovado em janeiro, sobre o caso GTech, que pediu o indiciamento de 34 pessoas e três empresas. Portanto, somados os dois relatórios, Garibaldi pede que 79 pessoas e quatro empresas sejam indiciadas.

De acordo com o texto final apresentado ontem, “o extenso



À mesa com Romeu Tuma (E) e Efraim Morais, Garibaldi Alves apresenta relatório

trabalho de investigação exposto neste relatório forneceu a esta CPI elementos suficientes para concluir pela existência de indícios que permitem qualificar (criminalmente) as condutas de pessoas físicas e jurídicas citadas”.

O relator pede o indiciamento do ex-ministro Antonio Palocci pelos crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa, por conta de sua possível participação em um esquema de cobrança de propina das empresas de lixo da cidade de Ribeirão Preto.

Na parte destinada à apuração do “caso Celso Daniel”, que investigou o assassinato do então

prefeito de Santo André (SP), surge o pedido de indiciamento do ex-secretário de Serviços Municipais Klinger de Oliveira Souza e dos empresários Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Ronan Maria Pinto por crimes como concussão e formação de quadrilha.

No que se refere ao financiamento irregular de campanha, Garibaldi pede o indiciamento, entre outros nomes, de Paulo Okamoto, por lavagem de dinheiro e crimes contra a ordem tributária. Okamoto chegou a afirmar – e depois voltou atrás – que pagou dívidas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto ao Partido dos Trabalhadores.

O esquema da “máfia do lixo” em Ribeirão Preto

O relatório detalha o esquema de corrupção chamado de “máfia do lixo” em Ribeirão Preto. O relator Garibaldi Alves afirma que o inquérito conduzido pela Delegacia Seccional de Polícia do município paulista indica “fortes indícios de que havia fraudes em licitações e superfaturamento” também em cidades próximas como Matão, Sertãozinho, Monte Alto, Bebedouro e Araraquara.

Garibaldi observa que o esquema teve a participação de Rogério Tadeu Buratti, Luiz Cláudio Leão, Wilney Barquete, Marcelo Franzine e Fernando José Morais Fischer. Luiz Cláudio é presidente da Leão Leão, empresa de limpeza urbana, e todos os outros eram então funcionários da empresa.

O dinheiro arrecadado no esquema (R\$ 200 mil mensais em 2003 e R\$ 226 mil mensais em 2004), afirma o relator, era repassado à prefeitura e depois ao Diretório Nacional do PT, “por intermédio de Delúbio Soares, com autorização do prefeito” (Antonio Palocci). Tal esquema era comandado por Luiz Cláudio Leão “em conjunto com o prefeito”.

Celso Daniel teria sido morto por se opor ao “caixa três”

Garibaldi Alves sugere em seu relatório que existem indícios de que o então prefeito de Santo André, o petista Celso Daniel, foi assassinado porque teria tentado se opor ao “caixa três” praticado por seus subalternos envolvendo recursos arrecadados com fraudes e propinas em contratos de transporte público na prefeitura do município paulista.

O esquema na prefeitura de Santo André, afirma o relator, era comandado por Ronan Maria Pinto, Klinger Luiz de Oliveira Souza e Sérgio Gomes da Silva (o Sombra), com a anuência do prefeito. Propinas eram cobradas das empresas de ônibus da cidade, continua Garibaldi, e “o dinheiro era repassado para uma caixinha do PT para financiar campanhas eleitorais”. Celso Daniel teria sido seqüestrado e morto por ter descoberto que parte dos recursos era desviada para beneficiar os chefes do esquema. O texto também sugere ligação entre Sérgio Gomes e João Archanjo Ribeiro, o Comendador, empresário preso acusado de ser chefe do crime organizado em Mato Grosso.

Ex-assessores de Palocci são acusados de tráfico de influência

Segundo o documento elaborado por Garibaldi Alves, há diversos indícios de prática de tráfico de influência envolvendo ex-assessores de Antonio Palocci e empresários em operações ligadas a fundos de pensão, empréstimos para prefeituras e concessão de recursos a instituições financeiras.

O relatório diz que o chamado “grupo de Ribeirão Preto” – composto por personagens como Rogério Buratti, Vladimir Poletto e Ralf Barquete, todos colaboradores de Palocci na prefeitura – teria se engajado “em iniciativas que buscavam tirar proveito da posição ocupada pelo ministro no governo”. Haveria “indícios consistentes” de que Palocci teria participado dos processos.

A CPI aponta, por exemplo, operação com o Serpros, fundo de pensão dos funcionários do Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (Serpro).

O relator também considera

suspeita a relação com a empresa mineira MC Consulting, especializada em assessorar municípios, construtoras e órgãos públicos interessados em obter financiamentos junto a instituições multilaterais de crédito, especialmente para obras de saneamento básico. Buratti admitiu ao Ministério Público que “acelerava” a liberação dos empréstimos.

Chama a atenção ainda o possível vínculo entre o “grupo de Ribeirão”, o Banco Prosper e o governo federal. O próprio Palocci chegou a se encontrar mais de uma vez com o presidente do Prosper, Edson Menezes.

Por fim, Garibaldi Alves cita as ligações telefônicas entre Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor direto de Palocci na Fazenda, e Vladimir Poletto, para explicitar a proximidade entre “o grupo de Ribeirão” e o governo – de 26 de março de 2003 a 30 de agosto de 2005, eles trocaram 1.434 chamadas.

Waldomiro Diniz representaria interesses de empresários do jogo

O relatório conclui que o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz defendia os interesses de empresários do ramo de jogos junto ao governo federal, principalmente o grupo comandado por Alejandro Ortiz, que teria ligações com a máfia italiana.

Graças às ligações de Waldomiro com o ramo de jogos, um grupo interministerial coordenado pela Casa Civil teria elaborado um anteprojeto de lei visando à legalização dos bingos, estabelecendo critérios sobre o seu funcionamento que beneficiariam Ortiz em detrimento de um de seus principais concorrentes, Carlinhos Cachoeira.

A disputa entre a família Ortiz e Carlinhos Cachoeira pelo comando do mercado de bingos e de máquinas eletrônicas de jogos estaria na raiz do escândalo que, divulgado em 2004, motivou a criação da CPI dos Bingos. Cachoeira aparece numa fita de vídeo conversando com Waldomiro Diniz e recebendo pedido de propina em troca de favorecimento em licitações. As imagens

havam sido gravadas a mando do próprio Cachoeira em 2002, quando Waldomiro presidia a Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) e teriam sido usadas por Cachoeira como forma de chantagem para ter atendidos os seus interesses junto ao governo.

O relatório aproveita conclusões de outra CPI, a da Loterj, instalada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. A CPI fluminense constatou que Waldomiro Diniz favoreceu Alejandro Ortiz ao proibir, em 2002, a abertura de novas casas de bingo no Rio de Janeiro, permitindo, no entanto, o funcionamento daquelas que já estavam instaladas – a maioria delas ligadas à família Ortiz.

Waldomiro, no entanto, também teria beneficiado Carlos Cachoeira, elaborando editais de licitações da Loterj que atendiam a seus interesses. Em troca, o empresário teria doado dinheiro para campanhas do PT. O relatório pede os indiciamentos de Waldomiro Diniz, Carlinhos Cachoeira e de mais 19 pessoas envolvidas com as fraudes na Loterj.



Alvaro quer mais dados sobre suposta cobrança de propina em Santo André; Viana sustenta que CPI fugiu do foco das investigações

Bingos podem ter doado para a campanha de 2002

O relatório final da CPI dos Bingos afirma que membros da coordenação da campanha presidencial do PT em 2002 podem estar ligados a operações de arrecadação e distribuição de recursos ilegais de casas de jogos.

O texto ressalva, no entanto, que somente as transferências dos sigilos de todos os envolvidos, que não puderam ser obtidas, permitiriam chegar a alguma conclusão e pede que a Polícia Federal e o Ministério Público continuem as investigações.

A denúncia de que a campanha teve recursos de bingos foi feita por Rogério Buratti, ex-assessor de Antonio Palocci quando este era prefeito de Ribeirão Preto. O objetivo da doação seria obter, do futuro governo, a legalização dos bingos no Brasil.



Magno Malta espera que tenha fim a concessão de liminares pelo Judiciário

Malta vai pedir o fechamento das casas de bingo

Ao anunciar ontem, da tribuna, sua intenção de propor voto em separado ao relatório da CPI dos Bingos, Magno Malta pediu ao Ministério Público o fechamento das casas de bingo no país.

– Proponho que o Ministério Público, com base na autoridade que tem, nos instrumentos que possui, peça à Justiça a morte imediata das liminares que mantêm abertos os bingos no Brasil – declarou.

Magno Malta apelou ainda aos senadores para que seja aprovado o projeto de lei (PLS 121/04) de sua iniciativa que proíbe todas as modalidades de jogos de bingo, bem como jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas.

Senadores anunciam voto em separado para mudar parecer

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que pediu vistas do relatório final da CPI dos Bingos, protocolou ontem voto em separado, por entender que é necessário maior aprofundamento dos fatos relativos à suposta cobrança de propina em Santo André (SP), “para caixa dois do PT”.

Ele afirmou ter certeza de que o chefe do gabinete pessoal do presidente da República, Gilberto Carvalho, e o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu sabiam e tomaram parte dos atos de corrupção no município, “com o envolvimento indireto” do então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, Tião Viana (PT-



Para Viana, CPI “atingiu a honra de inocentes”, como Palocci e Okamoto

AC) anunciou que vai apresentar voto em separado ao relatório de Garibaldi Alves, e criticou a CPI por ter, segundo ele, ultrapassado o fato determinado em suas investigações. Para o senador petista, o documento “atingiu a honra de inocentes”, entre eles o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. O presidente da

comissão, Efraim Moraes (PFL-PB), negou que a CPI tivesse abandonado o foco principal das investigações.

Autor do requerimento que originou a comissão, Magno Malta (PL-ES) também anunciou voto em separado, para propor ao Ministério Público que encaminhe à Justiça



Efraim (foto) afirma que Garibaldi fez um trabalho sério e independente

todos os pedidos de liminares sobre jogos de bingo. O objetivo do senador é que seja adotada uma definição judicial pelo fechamento das casas de bingo no país.

O líder do PFL, José Agripino (RN), mostrou-se frustrado por não constar do relatório o fato de a CPI não ter conseguido autorização judicial para a quebra do sigilo bancário de Okamoto.

– Após 11 meses de trabalho, é preciso lembrar que o governo não queria essa CPI, e que a in-



Agripino destaca que relator não cedeu a nenhum tipo de pressão

comendações de indiciamento o ex-ministro José Dirceu e o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho.

O senador pela Paraíba frisou, no entanto, que respeita a posição de Garibaldi, e que considera o relatório sério e independente, “sem tinturas políticas”.

– Após 11 meses de trabalho, é preciso lembrar que o governo não queria essa CPI, e que a in-

Efraim afirma que, se fosse o relator, incluiria Dirceu e Gilberto Carvalho

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, Efraim Moraes, parabenizou o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho, pelo “trabalho extraordinário” realizado na elaboração do texto apresentado ontem. Efraim destacou a “conduta retilínea e ilibada” de Garibaldi, mas ponderou que, fosse ele próprio o relator, não teria hesitado em incluir nas re-

Agripino diz que relatório satisfaz o desejo da sociedade

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), disse em Plenário que, não fossem a coragem do presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes, e o equilíbrio e a serenidade do relator Garibaldi Alves Filho, a comissão não teria sido bem-sucedida e, assim, satisfeito o desejo da sociedade de “passar o Brasil a limpo”.

Dólares: Garibaldi aponta incoerência em explicações

Garibaldi Alves Filho apontou no relatório final da CPI dos Bingos “inverossimilhança” nas explicações dadas sobre remessa de dólares de Cuba. “É bastante irrazoável montar uma operação de tamanho porte para transportar bebidas facilmente encontráveis no mercado nacional”.

Em outubro de 2005, a revista *Veja* publicou matéria que revelou suposto esquema para trazer ao Brasil dólares vindos de Cuba em caixas de bebidas para financiar a campanha de Lula à Presidência da República em 2002.

Os recursos teriam sido trazidos ao país pelo diplomata cubano Sérgio Cervantes, em um avião Sêneca, e escoltados de Brasília a São Paulo, sede do comitê petista, por Vladimir Poletto. Ralph Barquete teria participado da finalização do transporte do dinheiro.

Poletto e Barquete foram assessores de Antonio Palocci durante sua gestão em Ribeirão Preto.

Documento mostra conexão dos fatos, sustenta senador

Ao fazer, em discurso no Plenário, um balanço positivo dos trabalhos da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho afirmou que sua missão como relator foi cumprida.

O senador disse que o trabalho árduo dos integrantes da comissão parlamentar de inquérito, dos servidores e consultores da Casa e de representantes da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União foi a melhor resposta para as críticas a uma suposta falta de rumo nas investigações.

Garibaldi enfatizou que, a partir das investigações sobre a relação das casas de bingo com a prática de atos ilícitos, fatos conexos apareceram e culminaram nas investigações do assassinato do prefeito Celso Daniel, em Santo André, entre outros assuntos apurados.

– É possível, ao ler o relatório, perceber um fio condutor que interliga diversos ilícitos que superficialmente pareciam desconexos – comentou.

rio que tem “a sua cara”: sensato e equilibrado. O parlamentar, no entanto, declarou estar insatisfeito com o relatório apenas por dele não constar pedido de indiciamento do chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, e de José Dirceu.

Quando ao encerramento da CPI, Agripino expressou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o temor de que haja dificuldades para a conclusão dos trabalhos, tendo em vista rumores que disse ter ouvido sobre “voto em separado, reparos, exclusões e perda de foco”.



Texto final lido ontem por Garibaldi pode ser usado em inquéritos policiais e ações penais

Relatório da CPI deve ser enviado a mais de dez instituições

O relatório da CPI dos Bingos, lido ontem pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), poderá ser enviado ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, à Polícia Civil de São Paulo em Ribeirão Preto, Santo André e Campinas, à Polícia Civil do Rio de Janeiro, e às secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. Também poderá seguir para o Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Banco Central, Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

No caso do Ministério Público Federal, o relatório serviria como fonte de informações para procedimentos administrativos

em curso, até mesmo inquéritos policiais e ações penais e civis.

À Polícia Federal, o relator pede que aprofunde investigações sobre a participação do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, em operações de lavagem de dinheiro e crimes contra a ordem tributária ligados ao financiamento irregular de campanhas eleitorais.

Garibaldi sugere ainda à PF, entre outras providências, que investigue a relação entre o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o comendador Arcanjo, mesma sugestão apresentada à Polícia Civil de São Paulo em Santo André. A Polícia Civil de São Paulo, em Campinas, poderá usar o relatório para investigar o assassinato do prefeito da cidade, “Toninho do PT”.

Comissão discute proposta para regulamentar as casas de jogos

O texto final da CPI dos Bingos aponta para a regulamentação das casas de jogos, mediante debate de proposta a ser encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Até que a atividade esteja regulamentada, a CPI propõe a criminalização dos jogos de azar, até mesmo bingos e caça-níqueis.

“Há uma tendência mundial de legalização dos jogos de azar, além de a exploração desses jogos resultar na geração de empregos e na possibilidade de angariar recursos para aplicação com fins sociais”, diz Garibaldi em seu relatório. Ele também argumenta que a legalização favorecerá uma fiscalização mais efetiva da atividade por parte do poder público. Entre os cinco projetos propostos para tramitação imediata, o relatório inclui o que autoriza os estados e o DF a explorar loterias, “como modalidade de serviço público”. Do produto da arrecadação dessas loterias estaduais ou distrital, no mínimo 25% seriam destinados ao fomento do despor-

to, à seguridade social e a outros programas de interesse público.

Pesquisa

Levantamento feito pelo Serviço de Pesquisa de Opinião do Senado (DataSenado) com 1.072 pessoas, entre 16 e 25 de maio, mostra que a maioria dos entrevistados relaciona a atividade das casas de bingo com o incentivo ao vício (35,3%), à lavagem de dinheiro (31,2%) e à sonegação de impostos (13,4%). A maior parte das pessoas consultadas (48%) é contrária à proposta de legalização das casas de bingo e das máquinas caça-níqueis, embora 30% tenham dito que são indiferentes, e 19,3% sejam a favor.

O estudo foi encomendado à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado pela CPI dos Bingos. Foram ouvidos cidadãos brasileiros com idade igual ou superior a 16 anos, em 111 municípios.

A pesquisa mostra que frequentar casas de bingo não está nos planos de 85% dos entrevistados.



Movimento que invadiu a Câmara pode ter recebido recurso público, diz Antero

Antero: entidade que faz invasão não terá verba pública

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu urgência na tramitação de projeto de lei que proíbe o governo federal de transferir recursos públicos para entidades privadas que tenham entre seus integrantes pessoas que realizem atos que impliquem perda no patrimônio público e ameaça de autoridades constituídas ou que promovam invasão em logradouro público. O senador diz ter informações de que os movimentos que recentemente transgrediram a ordem pública poderiam ter recebido financiamento do próprio governo.



“Programas assistencialistas causam grande mal ao país”, afirma Lúcia Vânia

Lúcia Vânia sugere reflexão sobre políticas sociais

Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou-se contra o violento ataque à Câmara dos Deputados, realizado pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Ela viu no episódio uma oportunidade de reflexão para o governo federal, que, em seu entendimento, deveria “parar e pensar um pouco nas políticas sociais”. Segundo Lúcia Vânia, “programas assistencialistas estão causando um grande mal ao país”.

– É preciso acabar com o paradoxo de que programa social é panacéia para todos os males, como o programa Bolsa Família. No entanto, temos 1 milhão de pessoas acampadas na beira das estradas – declarou.

Antonio Carlos cobra providências contra grupo que depredou a Câmara

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou providências enérgicas do Executivo contra “os criminosos, malandros, arruaceiros e mafiosos travestidos de sem-terra” que depredaram dependências da Câmara. Depois de lembrar que toda a ação foi planejada com antecedência, o senador criticou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) por não ter se antecipado aos fatos.

Na avaliação de ACM, o grupo de manifestantes do Movimento pela Libertação dos Sem-Terra (MLST) deve permanecer muito tempo preso no Complexo Penitenciário da Papuda, para evitar que continue protagonizando atos de vandalismo. O senador também criticou o fato de o líder do MLST, Bruno Maranhão,



Antonio Carlos critica a Abin por não ter se antecipado à ação do MLST

pertencer aos quadros do PT e só ter sido excluído da Executiva Nacional do partido após o incidente.

– O vandalismo tem sido uma marca de muitos do PT. Esse Bruno, em poucos dias, poderá estar livre, atentando contra a vida de pobres funcionários da Câmara – afirmou.

“Lula cala líderes do MST com dinheiro público”, afirma Alvaro

O líder da Minoria no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), sustentou ontem em discurso que o presidente Lula é o responsável pelas ações dos sem-terra, pois tem “abastecido generosamente de dinheiro” seus movimentos. Por isso, afirmou, o clima de intranquilidade da área rural se deve ao próprio governo.

– Com dinheiro público, Lula cala a boca de pseudolideranças que se apropriaram do MST. Como libera verbas, tem sido poupado, embora gere a falsa expectativa de metas inatingíveis na reforma agrária – disse.

De acordo com o senador, ex-presidente da CPI da Terra, o presidente “se tornou refém” do MST, apesar do dinheiro que tem



Segundo Alvaro, o presidente “abastece generosamente” os sem-terra

liberado e da boa vontade dos dirigentes dos grupos de sem-terra. Ele observou ainda que os líderes do MST transformaram os integrantes do movimento em “massa de manobra” e aceitam qualquer filiado para suas invasões, mesmo aqueles que nada têm a ver com agricultura.

Suassuna considera “inaceitável” a agressão ao Parlamento brasileiro

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), disse ontem que é “inaceitável” a invasão do Parlamento brasileiro, ocorrida na terça-feira. Em nome do partido, ele se solidarizou com os presidentes da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros.

– Os que promoveram a invasão têm que ser punidos exemplarmente – sustentou.

Conforme o senador, não se pode tolerar “que grupos de marginais, encobertos pelo falso manto de pretensos movimentos sociais, espalhem o medo e o terror num país em que a memória recente guarda lembrança do



Suassuna: ação do MLST agrediu a democracia e o Estado de Direito

terror e do medo da noite escura do autoritarismo”.

Para Suassuna, ao invadir o prédio do Congresso, o MLST não apenas ofendeu a Câmara, mas ultrajou e agrediu a democracia e o próprio Estado de Direito.



Moreira Meniz

Heráclito requer ao Conar o fim da divulgação da auto-suficiência em petróleo

Heráclito solicita suspensão de campanha

Heráclito Fortes (PFL-PI) anunciou que deu entrada no Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) a um pedido de suspensão da campanha publicitária da Petrobras sobre a auto-suficiência brasileira em petróleo, que terá um custo de R\$ 120 milhões e será executada pelo publicitário Duda Mendonça e por outras duas agências de publicidade.

Heráclito se disse motivado por comentário do jornalista Carlos Alberto Sardemberg, na Rádio CBN, informando que, em maio, o comércio brasileiro de petróleo e derivados apresentou déficit de US\$ 603 milhões, o mais alto desde agosto do ano passado.



Rosewell Pinheiro

Tuma discorda de decisão do governador paulista de terceirizar arquivos criminais

Tuma critica Lembo e logomarca do governo federal

Romeu Tuma (PFL-SP) criticou a intenção do governador de São Paulo, Cláudio Lembo, de terceirizar a informatização do arquivo criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado, já que uma empresa privada passará a ter o controle dos nomes fichados e de dados confidenciais dos cidadãos. Para o senador, a iniciativa contraria a Constituição, pois o Estado “só pode repassar esses dados a outras secretarias de segurança estaduais”.

Tuma também disse que a utilização do “vermelho do PT” sobre as cores da bandeira brasileira em logomarca divulgada pelo governo Lula fere um símbolo nacional.

Líder do PT afirma que a educação está sendo tratada como prioridade pelo governo, mas Cristovam diz que falta atenção ao ensino básico e Roseana quer universidades no interior

Ideli comemora investimentos do governo Lula em educação

Ao registrar que participou ontem de solenidade no Palácio do Planalto na qual o presidente Lula e o ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciaram medidas em prol de todos os níveis de ensino, a líder do bloco de apoio ao governo, Ideli Salvatti (PT-SC), ressaltou que o Brasil recuperou o nível de investimento em educação feito em 1995.

– Agora temos a oportunidade de ver a educação ser tratada como deve, considerada como investimento, uma questão de prioridade, algo essencial e estratégico para o país. Mas tivemos que levar dez anos para que isso ocorresse – afirmou.

Entre as medidas, ela destacou a assinatura de um decreto criando a Universidade Aberta do Brasil, que alcançará 150 municípios ainda este ano e pode chegar



Rosewell Pinheiro

Ideli: educação está sendo vista como essencial e estratégica para o país

a 300 até o fim de 2007. Ideli explicou que, por intermédio do ensino a distância, professores de escolas públicas poderão obter diploma de graduação.

Ideli também comunicou que o governo está repassando recursos para investimentos no ensino médio. Este ano serão destinados R\$ 400 milhões para as redes

públicas. Para a educação profissional, informou a senadora, o governo anunciou a criação das escolas técnicas federais do Amapá, Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia e de Canoas (RS) e das agrotécnicas federais de Brasília, Marabá (PA), Nova Andradina (MS) e São Raimundo das Mangabeiras (MA).

– Quero comemorar porque no dia 23 próximo vamos contar com a presença do presidente Lula inaugurando duas novas escolas técnicas em Santa Catarina: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Joinville e o de Chapecó – afirmou Ideli.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) contou que recentemente o governo do Acre promoveu uma solenidade de formatura de 1.150 professores que eram considerados leigos, entre eles uma portadora de deficiência visual.

Cristovam quer mobilização pela federalização do ensino básico

Cristovam Buarque (PDT-DF) lançou um desafio à juventude brasileira para, a exemplo dos estudantes secundaristas do Chile, organizar uma mobilização nacional pela federalização do ensino básico. “Não é possível que a educação básica continue a ser entregue à pobreza e à desigualdade que há em nossas prefeituras”, afirmou.

Cristovam classificou como “um gesto de marketing” o anúncio de envio da proposta de reforma universitária ao Congresso,

acusando o presidente Lula de abandonar projetos educacionais do início de sua gestão.

Na opinião do senador, a invasão de policiais a uma escola no Rio de Janeiro, deixando 17 alunos feridos, e o quebra-quebra promovido na terça-feira pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) na Câmara demonstram que a democracia vive “uma situação tênue”.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) apontou Cristovam como “pai e mãe” do programa Bolsa



Rosewell Pinheiro

Para Cristovam, projeto de reforma universitária é gesto de marketing

Família, uma vez que coube a ele implantar, quando governador do Distrito Federal, o Bolsa Escola, primeiro programa de transferência de renda do país.

Roseana propõe universidade no Médio Mearim

Ao apresentar ontem projeto de lei que autoriza o Executivo a criar uma universidade federal no município de Pedreiras, na região do Médio Mearim, no Maranhão, Roseana Sarney (PFL-MA) pediu o apoio dos parlamentares para a aprovação da proposição.

Segundo Roseana, é de fundamental importância para o



Gerardo Magela

Roseana defende a importância da interiorização do ensino superior

desenvolvimento nacional a expansão da educação superior, particularmente nas regiões menos favorecidas, onde existem poucas oportunidades e grande quantidade de jovens com o

ensino médio concluído, ansiando por melhor qualificação profissional.

Roseana explicou que a região do Médio Mearim é um pólo estratégico para o desenvolvimento do estado, onde, somente em 2006, cerca de 2 mil jovens concluirão o ensino médio, “sem perspectiva de ensino superior”.

– Ensino superior é condição básica para desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos. A educação prepara os indivíduos para o exercício pleno da cidadania – assinalou.



Rosewell Pinheiro

Existem 11,5 milhões de crianças sem assistência de creche, lembra Patrícia

Patrícia pede rápida aprovação do Fundeb

Patrícia Saboya (PSB-CE) pediu aos senadores que deixem de lado as divergências políticas e aprove a emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A proposta está pronta para votação e, se forem mantidas emendas dos senadores, terá de voltar ao exame dos deputados. Patrícia argumenta que o Fundeb “será uma verdadeira revolução” no sistema educacional do país, pois prevê o oferecimento de creches pelo Estado para crianças que tenham até três anos e pré-escolas para as que têm de quatro a cinco anos.

– O Brasil tem pressa. Existem 11,5 milhões de crianças sem assistência de creche – observou.

A senadora lembrou que o Fundeb destinará uma parte dos recursos para a remuneração dos professores e também direcionará verbas para os ensinos básico e médio.

Suplicy homenageia memória do locutor Fiori Gigliotti

O bordão “Agüenta, coração!” – criado pelo radialista esportivo Fiori Gigliotti para marcar a expectativa antes das cobranças de pênaltis nas partidas de futebol – foi lembrado por Eduardo Suplicy (PT-SP). Gigliotti teve falência múltipla de órgãos, aos 77 anos, vindo a falecer na madrugada de ontem, em São Paulo. O senador requereu voto de pesar pela perda.

– Fiori Gigliotti foi o jornalista que mais cobriu Copas do Mundo: dez. Era tão querido que recebeu 162 títulos de cidadania e inspirou um programa humorístico na Rádio Camanducaia.

Suplicy assinalou a atuação de Fiori na Rádio Bandeirantes, onde começou sua carreira, por 40 anos e, mais recentemente, na Rádio Capital. O presidente do Senado, Renan Calheiros, apoiou a homenagem.

Especialistas afirmam que caminho para a inclusão é investir na educação dos deficientes e em processos de capacitação

Audiência revela que sobram vagas de trabalho para pessoas com deficiência

O sistema legal de cotas oferece atualmente cerca de 518 mil vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência em funções a serem exercidas por trabalhadores com escolaridade mínima de oito anos, mas apenas 228 mil pessoas têm a qualificação adequada para ocupar esses postos. A distorção foi revelada ontem, em palestra dos consultores Andrea Schwarz e Jaques Haber, do Instituto I-Social – Soluções em Inclusão Social, promovida pela Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para que essa distorção seja corrigida, de acordo com os palestrantes, a saída é investir na educação dos deficientes desde a base e, mais adiante, em processos específicos de capacitação. As iniciativas de qualificação, como defenderam, poderiam ser tomadas pelas próprias empresas. Para isso, poderiam receber incentivos e um pouco mais de flexibilidade no cumprimento das cotas (Lei 8.231/91) impostas às empresas com mais de cem empregados, em níveis que vão de 2% a 5% do total de contratados.

– O universo dos portadores de deficiência reflete de forma mais agravada os problemas na área de educação no Brasil. Há empresas dispostas a incluir e pessoas desejosas de trabalhar, mas essa vontade esbarra na questão da educação – disse Jaques Haber.

A senadora Patrícia Saboya



Augusto Botelho (E) e Eduardo Azeredo discutem caminhos para a inclusão com Jaques Haber e Andrea Schwarz, do Instituto I-Social

(PSB-CE), vice-presidente da subcomissão, propôs que o colegiado promova a consolidação de todos os projetos com medidas para melhorar a situação dos portadores de deficiência. Em seguida, seriam feitas articulações para que as propostas tramitassem com urgência.

Patrícia afirmou, no entanto, que o avanço da causa dos deficientes depende de mudanças culturais em toda a sociedade.

– Se formos capazes de compreender isso e de ter um novo olhar para a questão, teremos condições de mudar essa realidade que impõe limitações a tantas pessoas – avaliou.

Obrigação do SUS

Augusto Botelho (PDT-RR) salientou a necessidade de cobrança às prefeituras e direção das escolas, por parte das famílias de pessoas com deficiência, para que seja assegurada a oportunidade de educação inclusiva. À observação de um dos participantes

da audiência sobre o alto custo de equipamentos para garantir a mobilidade dos deficientes, como muletas e cadeiras de rodas, ele lembrou que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem a obrigação de promover esse fornecimento.

Relato das iniciativas de inclusão no Senado foi feito por Romeu Tuma (PFL-SP). Um elevador especial para pessoas com dificuldade de locomoção foi inaugurado nesta semana, projeto que teve início em sua gestão como 1º secretário da Mesa do Senado. Ele disse que os deficientes não querem paternalismo, mas apenas se sentir iguais.

Para aprimorar o aparato legal destinado a dar suporte à inclusão, conforme apelo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da subcomissão, a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Vieira, sugeriu medida destinada a tornar mais flexível o direito autoral referente a publicações digitais. Com isso, observou

a diretora, as bibliotecas teriam mais condições de enriquecer seus acervos com obras eletrônicas. As publicações seriam acessadas, pela leitura, por deficientes auditivos, e por portadores de deficiência visual por meio sonoro via sintetizador de voz.

Ao fim da audiência, Jaques Haber falou de sua satisfação em constatar o envolvimento dos senadores com a causa dos portadores de deficiência. Também elogiou os trabalhos da Comissão de Acessibilidade, criada há dois anos no Senado e que já implementou várias ações de inclusão, como a instalação de banheiros e elevadores adaptados e a construção de rampas para cadeiras de roda. Estão em estudo a criação de uma audioteca, a gravação em áudio da Constituição federal, e contratação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) tanto para as portarias como para a tradução dos trabalhos das comissões e do Plenário da Casa.



Moira Moritz

Dados sobre a economia apresentados por Mercadante são reais, ressalta Sibá

Sibá comenta artigo favorável a livro de Aloizio Mercadante

O senador Sibá Machado (PT-AC) registrou artigo do jornalista Pedro Cafardo, do *Valor Econômico*, que ressalta a proximidade com a realidade brasileira dos números sobre a economia do país apresentados por Aloizio Mercadante (PT-SP) em seu livro *Brasil: primeiro tempo*.

Sibá frisou que todos os indicadores econômicos – crescimento anual e médio do PIB, exportações, balança comercial, dívida interna e externa e credibilidade internacional – superaram, conforme dados apresentados por Mercadante em sua obra e confirmados por Pedro Cafardo, os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso.



Rosevelt Pinheiro

Gestão de Lula é uma “continuidade técnica” do governo FHC, avalia Heloísa

Heloísa: governo é subserviente ao capital financeiro

Ao traçar um paralelo entre as políticas macroeconômicas dos governos Fernando Henrique e Lula, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou o sistema vigente uma “continuidade técnica” do anterior, agravado, entretanto, pela maior subordinação e subserviência ao capital financeiro.

Heloísa chamou de “farsa técnica” o anúncio de que o governo brasileiro teria pago a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ela ainda sustentou que a dívida pública, que chegou a R\$ 650 bilhões ao final dos oito anos de governo FHC, saltou para R\$ 1 trilhão na gestão Lula.

José Jorge aponta ressalvas feitas pelo TCU às contas do governo

O senador José Jorge (PFL-PE) registrou, ontem, a apresentação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de 30 ressalvas às contas do governo federal relativas a 2005. O tribunal aprovou nesta semana os pareceres prévios às contas do governo.

José Jorge disse que, entre as conclusões do TCU, está a de que o Brasil cresceu menos em 2005 que em 2004. A taxa de evolução do produto interno bruto (PIB) a preços de mercado foi de 2,3% em 2005, contra 4,9% em 2004. O crescimento em 2005 teria sido um dos mais baixos entre os países emergentes.

Segundo o TCU, “gastou-se

mais do que se conseguiu arrecadar, e essa diferença foi bem maior que a prevista”. Também foi detectado que ações definidas como prioritárias na lei orçamentária anual (LOA) não foram executadas no Orçamento de 2005.



Genivaldo Magalhães

José Jorge: segundo o TCU, “gastou-se mais do que se conseguiu arrecadar”

Leonel Pavan cobra apoio às indústrias de Santa Catarina

Ao citar dados da pesquisa “Indicadores Industriais”, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo federal medidas de apoio ao setor industrial de seu estado.

O estudo registrou uma queda de 13,17% nas vendas das indústrias catarinenses em abril, em relação ao mês anterior. Os setores mais afetados, segundo a pesquisa, foram aqueles tradicionalmente mais dependentes das exportações e prejudicados pela valorização do real, como os de mobiliário e madeira.

Para retomar o crescimento em seu estado, avalia Pavan, o

governo deveria, entre outras ações, sancionar o projeto que reabre o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e liberar créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações.



Rosevelt Pinheiro

Pavan: indústrias catarinenses sofreram queda de 13,17% nas vendas em abril